

www.pwc.com.br

RBS Participações S.A. e empresas controladas

***Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
RBS Participações S.A. e empresas controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da RBS Participações S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RBS Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

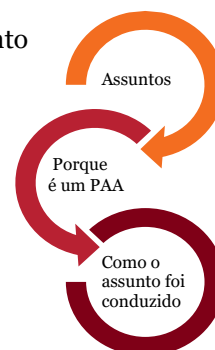
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e de suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior.

Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.





RBS Participações S.A. e empresas controladas

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões e passivos contingentes (Nota 12)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta o montante de R\$ 13.012 mil relacionado à processos judiciais cuja expectativa de perda é classificada como provável, além do montante de R\$ 15.665 mil relacionado à processos judiciais cuja expectativa de perda é classificada como possível.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e ao seu valor de liquidação. Além disso, a determinação da probabilidade de perda dos processos em andamento envolve julgamentos críticos por parte da Administração, reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Em nossa estratégia de auditoria obtivemos confirmação dos processos com os advogados externos que patrocinam as causas para obtenção de dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado em nota explicativa, realizamos a leitura e discussão dos principais processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por consultores jurídicos internos e externos à Companhia, assim como obtivemos um entendimento dos controles internos mantidos na área. Também avaliamos a competência técnica dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, efetuamos testes de confronto das respostas dos consultores jurídicos da Companhia com os controles auxiliares e os saldos contábeis dos processos judiciais e administrativos.

Adicionalmente, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, são consistentes, com as informações dos consultores jurídicos internos e externos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



RBS Participações S.A. e empresas controladas

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



RBS Participações S.A. e empresas controladas

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 31 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Rafael Biedermann Mariante
Signed By: RAFAEL BIEDERMANN MARIANTE:94779210097
CPF: 94779210097
Signer Role: Sócio
Signing Time: 31 de março de 2022 | 21:26 BRT

Rafael Biedermann Mariante
Contador CRC 1SP243373/O-0

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Passivo	Nota	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	113.277	113.960	Fornecedores		22.099	7.487
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5	137.139	85.231	Contas a pagar referente a contratos de rede		10.837	9.734
Contas a receber	6	46.748	42.617	Debêntures	11	60.110	64.071
Estoques		922	2.217	Obrigações sociais e trabalhistas		18.089	9.333
Impostos a recuperar		307	764	Obrigações tributárias		9.477	9.912
Partes relacionadas	10.1(b)	9.502	7.225	Comissões e bonificações a pagar		1.912	659
Adiantamento a fornecedores		145	25	Receitas diferidas		66	742
Contas a receber relativo a venda de ativos		-	4.479	Dividendos a pagar		18.058	4.137
Outros ativos		73	43	Arrendamentos a pagar		982	856
				Outras obrigações		387	424
Total do ativo circulante		308.113	256.561	Total do passivo circulante		142.017	107.355
Não Circulante				Não Circulante			
Impostos diferidos	8	23.214	22.402	Debêntures	11	85.388	124.464
Depósitos judiciais	12	12.153	9.735	Impostos diferidos	8	47.703	27.735
Despesas antecipadas		1.812	464	Provisão para contingências	12	13.012	11.790
Partes relacionadas	10.1(a)	14.816	14.304	Total do passivo não circulante		146.103	163.989
Investimentos	7	102.596	94.035	Total do passivo		288.120	271.344
Imobilizado	9	86.790	92.525	Patrimônio líquido	13		
Intangível	9	6.957	7.886	Capital social		50.000	50.000
Total do ativo não circulante		248.338	241.351	Reserva de lucros		218.331	176.568
				Total do patrimônio líquido		268.331	226.568
Total do ativo		556.451	497.912	Total do passivo e patrimônio líquido		556.451	497.912

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		<u>Consolidado</u>	
	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional bruta		227.159	210.612
Deduções da receita operacional bruta		(12.057)	(11.511)
Receita operacional líquida	14	<u>215.102</u>	<u>199.101</u>
Custos operacionais	15	<u>(105.874)</u>	<u>(110.479)</u>
Lucro bruto		<u>109.228</u>	<u>88.622</u>
Outras receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	16 (b)	(21.812)	(19.598)
Gerais e administrativas	16 (a)	(54.967)	(47.412)
Outras receitas operacionais líquidas	16 (c)	<u>44.362</u>	<u>13.361</u>
Total despesas operacionais		<u>(32.417)</u>	<u>(53.649)</u>
Resultado antes da equivalência patrimonial		<u>76.811</u>	<u>34.973</u>
Resultado de equivalência patrimonial	7	8.561	(12.271)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>85.372</u>	<u>22.702</u>
Despesas financeiras		(13.153)	(12.370)
Receitas financeiras		<u>7.646</u>	<u>4.349</u>
Resultado financeiro	17	<u>(5.507)</u>	<u>(8.021)</u>
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social		<u>79.865</u>	<u>14.681</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(5.025)	(2.835)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(19.156)	4.622
Total de impostos de renda	19	<u>(24.181)</u>	<u>1.787</u>
Lucro do exercício		<u>55.684</u>	<u>16.468</u>
Lucro básico por ação (em reais)		<u>1,11</u>	<u>0,33</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

*RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2021*

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstração de resultados abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	55.684	16.468
Baixa do resultado abrangente	-	(41)
Resultado abrangente total	<u>55.684</u>	<u>16.427</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2021

RBS Participações S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50.000	41	10.000	154.000	-	214.041
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.468	16.468
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(4.117)	(4.117)
Dividendos prescritos	-	-	-	217	-	217
Resultado Abrangente	-	(41)	-	-	-	(41)
Reserva de lucros	-	-	-	12.351	(12.351)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.000	-	10.000	166.568	-	226.568
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	55.684	55.684
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(13.921)	(13.921)
Reserva de lucros	-	-	-	41.763	(41.763)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.000	-	10.000	208.331	-	268.331

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2021

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período		55.684	16.468
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9	13.555	13.595
Equivalência patrimonial	7	(8.561)	12.271
Baixa de ativo imobilizado e intangível	9	422	396
Juros e encargos de debêntures	11	11.337	10.358
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5	(60.044)	(16.799)
Juros de empréstimos com partes relacionadas		(284)	(337)
Custo das debêntures	11	497	504
Imposto de renda e contribuição social diferida	8	19.173	(4.611)
Provisão de contingências	12	10.917	15.616
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	222	1.206
		<u>42.917</u>	<u>48.667</u>
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber	6	(4.353)	7.654
Impostos a recuperar		457	4.506
Estoque		1.295	1.371
Adiantamento a fornecedores		(120)	622
Contas a receber relativas ao investimento vendido		4.479	-
Depósitos judiciais	12	(2.418)	7.340
Despesas antecipadas		(1.348)	2.625
Outros ativos		(31)	21
		<u>(2.039)</u>	<u>24.139</u>
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		14.612	(877)
Obrigações sociais e trabalhistas		8.756	(6.323)
Obrigações tributárias		(452)	(38)
Contas a pagar referente a contratos de rede		1.103	(4.689)
Comissões e bonificações a pagar		1.253	(1.881)
Pagamentos de litígios		(9.695)	(12.994)
Outras obrigações		(37)	(23)
Receitas diferidas		(676)	(1.741)
		<u>14.864</u>	<u>(28.566)</u>
Caixa líquido das atividades operacionais		<u>55.742</u>	<u>44.240</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Dividendos recebidos		8.136	10.322
Alienação de investimento		-	2.830
Aportes em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		-	(2.044)
Aquisição de imobilizado e intangível	9	(7.313)	(7.415)
Direito de uso de arrendamento	9	-	281
Caixa líquido das atividades de investimento		<u>823</u>	<u>3.974</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos distribuídos		-	(8.966)
Amortização de debêntures		(45.397)	(34.800)
Pagamento de juros de debêntures	11	(9.473)	(13.579)
Contratos de arrendamento		126	(410)
Fluxos com partes relacionadas		(2.504)	(2.132)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		<u>(57.248)</u>	<u>(59.887)</u>
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>(683)</u>	<u>(11.673)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		113.960	125.633
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>113.277</u>	<u>113.960</u>
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>(683)</u>	<u>(11.673)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 **Contexto operacional**

A RBS Participações S.A. (a "RBS Participações" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e atualmente possui investimentos em transmissão de TV analógica e digital no estado do Rio Grande do Sul.

1.1 **Licenças regulatórias**

As licenças federais exigidas para as atividades de transmissão de TV são concedidas pelas autoridades governamentais e aprovadas pelo Congresso Nacional. Além disso, as licenças para transmissão de TV são concedidas separadamente, por local. As licenças não são exclusivas, expiram após uma data pré-determinada (15 anos para TV) e são renováveis por iguais períodos mediante requerimento prévio.

As licenças atuais das TVs da RBS Participações S.A. em Porto Alegre (TV Gaúcha) e Caxias do Sul (TV Caxias) encontram-se em processo de renovação.

Em outubro de 2013, foi solicitada a renovação da concessão da TV Caxias, dentro do prazo legal, que encerrou em fevereiro de 2014. O pedido abrange o período de 08 de fevereiro de 2014 a 2029. Em maio de 2007, foi solicitada a renovação da concessão da TV Gaúcha, dentro do prazo legal, que encerrou em outubro de 2007. O pedido abrange o período de 05 de outubro de 2007 a 2022. A administração acredita que as licenças para as quais as renovações foram solicitadas, que ainda estão em análise pelas autoridades governamentais, serão renovadas, uma vez que as empresas atenderam todos os requisitos necessários para essas aprovações. Enquanto esses requisitos ainda estiverem em análise, visto o atendimento de todos os prazos legais, as Companhias seguem autorizadas a continuar a utilizar essas licenças.

1.2 **Acordo operacional mantido junto à Rede Globo**

Através de acordos operacionais, as operações de transmissão de TV da RBS Participações fazem parte da maior rede de TV brasileira, a Rede Globo. Embora os contratos de rede tenham prazos limitados, esses contratos são renováveis e cada empresa tem mantido o seu relacionamento de rede continuamente por mais de 40 anos. O atual contrato de transmissão televisiva com a Globo foi renovado em dezembro de 2019 até 2024.

A RBS Participações S.A. mantém acordos operacionais com outras emissoras de televisão no estado do Rio Grande do Sul. As estações afiliadas independentes têm que transmitir os programas e propagandas da rede nacional e das redes regionais e têm direito às receitas de propagandas locais comercializadas por elas.

2 **Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas**

2.1 **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pela administração em 31 de março de 2022.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram mensuradas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumento derivativos) são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos e de passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Além do atendimento às normas e regras contábeis vigentes, a Administração entende que a adoção das estimativas contábeis críticas são essenciais para a produção da melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial no encerramento de cada exercício, ainda que sobre estas, temporariamente, não se possa ter precisão, dado o caráter de subjetividade e complexidade envolvidos.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são:

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 2)
- Perdas estimadas em crédito (nota explicativa nº 6);
- Realização do imposto de renda e contribuição social diferido (nota explicativa nº 8)

2.5 Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas e resumidas nas notas explicativas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados para a Controladora e suas subsidiárias.

2.5.1 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 incluem as operações da Companhia e das controladas listadas abaixo.

Resumo dos investimentos da RBS Participações direta e indiretamente e critérios de consolidação:

Controladora	Companhia		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado em 31/12/20	Participação	Obs.
S+ Participações S.A.	RBS - Zero Hora Editoria Jornalística S.A.	(i)	258.729	70.726	164.604	(23.400)	50%	(i)
RBS Participações S.A.	RIC - Rede Integrada de Comunicações S.A.		2.717	7	2.737	26	100%	Controlada

Controladora	Companhia		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado em 31/12/21	Participação	Obs.
S+ Participações S.A.	RBS - Zero Hora Editoria Jornalística S.A.	(i)	289.168	84.040	205.128	17.124	50%	(i)
RBS Participações S.A.	RIC - Rede Integrada de Comunicações S.A.		2.769	25	2.744	44	100%	Controlada

(i) Avaliada pelo método de equivalência patrimonial

Em 2021, o investimento na RBS Comércio e licenciamento de marcas foi baixado em decorrência da extinção da cia.

Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

2.5.2 *Transações com partes relacionadas*

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia obtém controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo RBS são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo RBS.

2.5.3 *Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo*

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.5.4 *Contas a receber*

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de contas a receber como instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva (“custo amortizado”) e podem ser reduzidos por ajustes de créditos de liquidação duvidosa, de acordo com a perda esperada definida com base no modelo de negócios do Grupo RBS.

2.5.5 *Provisão para contingências*

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº12. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação de consultores legais internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em

conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. A Companhia acredita que essas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras.

2.5.6 Imobilizado

2.5.6.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

2.5.6.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

2.5.6.3 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. As vidas úteis estimadas e as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado, estão de acordo com o laudo elaborado por terceiros.

2.5.6.4 Ajuste ao valor recuperável

O imobilizado, investimentos e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas no valor recuperável, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.5.6.5 Ativo de direito de uso

O A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Companhia optou por utilizar o expediente prático e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o valor do passivo inicial de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

2.5.7 Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida, para os quais seriam requeridos a realização de teste de recuperabilidade. O principal ativo intangível da Companhia é o ágio resultante na aquisição de

controladas. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.5.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

2.5.9 Debêntures

Debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custo da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou todo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra.

2.5.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do Grupo.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferido não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado e não pelo líquido.

2.5.11 Reconhecimento de receita

O reconhecimento da receita ocorre quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um montante que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços.

2.5.11.1 Receita operacional

A receita bruta de publicidade nas empresas de transmissão de TV compreende na veiculação de publicidade negociada localmente, assim como a negociação pela rede Globo em nome das emissoras de televisão para transmissão regional, de acordo com o contrato de rede. Uma porcentagem da receita bruta de publicidade, conforme definido no contrato de rede, é debitada mensalmente pela Globo como agenciamento mercantil.

As trocas não monetárias de publicidade por serviços ou produtos são registradas ao valor de mercado em receitas ou despesas.

2.5.11.2 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.12 Patrimônio líquido

2.5.12.1 Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

2.5.12.2 Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

2.5.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em função de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

2.5.14 Benefícios a empregados

2.5.14.1 Fundo de pensão

A RBS Participações faz contribuições para planos de pensão de contribuição definida privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a RBS Participações não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

2.5.14.2 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo RBS reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

2.5.15 Ativos financeiros

2.5.15.1 Classificação e mensuração

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

2.5.15.2 Impairment

O Grupo valia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5.15.3 Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, elas mantêm esse ativo financeiro e reconhecem um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

2.5.16 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras contas a pagar.

3 Eventos significativos do exercício – COVID-19

Com a propagação da pandemia em março de 2020, a companhia passou a adotar as medidas de prevenção recomendadas pela OMS e do Ministério da Saúde para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem o trabalho em home office, diminuição dos turnos de trabalho nas operações para reduzir o número de profissionais circulando, rigorosa higienização dos locais de trabalho, distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) e acompanhamento médico e acesso a serviços de telemedicina.

A pandemia tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global. Por isso, a Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Em 2021, podemos observar uma retomada dos resultados alcançados pela Companhia antes do período pandêmico, estes impulsionados por uma boa gestão dos custos operacionais e aumento da receita de publicidade e propaganda.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Banco conta corrente	1.729	13.261
Aplicação Financeira CDB	111.548	100.699
Total	113.277	113.960

As aplicações financeiras referem-se aos fundos de aplicação em títulos públicos e privados cujo objetivo é o retorno vinculado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O retorno médio do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 102,46% (31 de dezembro de 2020 foi de 92,86%) do CDI.

5 Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	85.231	76.716
Novos aportes	-	2.044
Retorno dos investimentos (dividendos)	(8.136)	(10.328)
Variação no valor justo de ativos financeiros	60.044	16.799
Saldo no final do exercício	137.139	85.231

Refere-se a aplicações nos fundos e-Bricks Early Stage I, LP e e-Bricks Ventures II, LP localizados nas Ilhas Cayman, direcionado para investimentos em empresas *Startups* de tecnologia.

Em 2021 destacamos a grande atualização do Fundo Early Stage I, acarretando pelo reflexo do IPO na B3 da sua investida, Infracommerce, maior provedor de soluções full service da ecommerce na América Latina, com um amplo portfólio de serviços incluindo infraestrutura para websites, marketing, conteúdos soluções de pagamento, logística e serviço ao consumidor.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Publicidade	47.715	44.075
Notas promissórias	1.093	1.076
Clientes diversos	563	366
Publicidade	5	4
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(2.628)	(2.904)
Total	46.748	42.617

O valor justo de contas a receber de clientes é idêntico aos valores devidos por clientes ao custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros menos a provisão para *impairment* do contas a receber.

Aging list de contas a receber:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	29.028	28.854
Vencidas de 1 a 180 dias	17.818	13.695
Vencidas a mais e 180	2.530	2.972
Provisão para devedores duvidosos	(2.628)	(2.904)
Total	46.748	42.617

(i) O principal título vencido entre 1 e 180 tem o montante de R\$ 14.605, este valor foi liquidado em janeiro de 2022.

As movimentações na provisão para **impairment** de contas a receber de clientes da RBS Participações são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(2.904)	(2.047)
Provisão para perda	(222)	(1.213)
Valores recuperados	498	356
Total	(2.628)	(2.904)

7 Investimento

	RBS Zero Hora Editora Jornalística S.A.	Outros	Total
Informações sobre a empresa em 31/12/21			
Ativo circulante	196.223		196.223
Ativo não circulante	92.945		92.945
Passivo circulante	60.429		60.429
Passivo não circulante	23.613		23.613
Patrimônio líquido	205.126		205.126
Resultado do exercício	17.124		17.124
Percentual de participação 31/12/21	50,00%		
Investimento em 31/12/2019	109.086	50	109.136
Equivalência patrimonial	(12.271)	-	(12.271)
Baixa resultado abrangente (i)	(2.830)	-	(2.830)
Investimento em 31/12/2020	93.985	50	94.035
Equivalência patrimonial	8.561	-	8.561
Investimento em 31/12/2021	102.546	50	102.596

(i) Em agosto de 2020, a RBS Participações baixou o valor do ágio relativo ao investimento na RBS Zero Hora Editora Jornalística S.A. no valor de R\$ 2.830, cujo impacto no resultado foi de R\$ 2.788 e R\$ 41 no resultado abrangente.

8 Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia acumulava prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social que são base para impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias entre depreciação contábil e a depreciação fiscal, conforme segue:

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2021

<i>Ativo de imposto diferido</i>	Provisões	Perda de impairment	Prejuízos fiscais	Total
Em 31 de Dezembro de 2019	5.097	78	10.807	15.982
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	2.269	63	4.088	6.420
Em 31 de Dezembro de 2020	7.366	141	14.895	22.402
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	2.228	63	(1.479)	812
Em 31 de dezembro de 2021	9.594	204	13.416	23.214

<i>Passivo de imposto diferido</i>	Depreciação acelerada	Avaliação s/ Valor Justo	Total
Em 31 de Dezembro de 2019	13.551	12.386	25.937
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	(448)	2.246	1.798
Em 31 de Dezembro de 2020	13.103	14.632	27.735
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	(448)	20.416	19.968
Em 31 de dezembro de 2021	12.655	35.048	47.703

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo e passivo, referente ao prejuízo fiscal e às diferenças temporárias, são reconhecidos quando a realização é considerada provável, com base em projeções de resultados futuros preparadas a partir de premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser compensados com até 30% do lucro tributável futuro e não têm prazo de prescrição.

Compensação dos impostos diferidos ativo:		
Ano	31/12/2021	31/12/2020
2021		2.735
2022	-	-
2023	6.195	7.246
2024	-	1.648
2025 a 2027	7.220	3.266
Saldo em 31 de dezembro	13.415	14.895

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da RBS Participações e controladas e o lucro tributável. Portanto, a expectativa da utilização do imposto de renda diferido ativo não deve ser tomada como único indicativo de lucros futuros da RBS Participações e controladas.

9 Imobilizado e intangível

a) Composição dos saldos

IMOBILIZADO					
Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	31/12/2021		31/12/2020
			Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Máquinas e equipamentos	8,82%	175.689	(133.458)	42.231	47.573
Terrenos		9.207	-	9.207	9.207
Edifícios e construções	1,81%	49.942	(23.481)	26.460	27.035
Móveis e utensílios	8,61%	14.764	(13.117)	1.647	2.083
Veículos	16,13%	3.237	(2.848)	389	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,34%	5.454	(3.970)	1.484	1.847
Equipamentos de informática e comunicação	15,97%	34.336	(30.480)	3.856	3.446
Antenas, torres e rede integrada	4,60%	15.174	(14.493)	681	565
Contrato de arrendamento mercantil		1.588	(753)	835	769
Total		309.392	(222.601)	86.790	92.525

INTANGÍVEL					
Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	31/12/2021		31/12/2020
			Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Marcas e patentes		1.190	-	1.190	1.118
Software	14,96%	46.770	(41.276)	5.494	6.484
Direito de uso		223	-	223	223
Acervo cinematográfico	2,27%	480	(430)	50	61
Total		48.663	(41.706)	6.957	7.886

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas ofereceram imobilizados no valor de R\$ 632 (R\$794 em 31 de dezembro de 2020) em garantia de processos judiciais.

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2021

b) Movimentação dos saldos

IMOBILIZADO										
	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de informática e comunicação	Antenas, torres e rede integrada	Contrato de arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	55.034	9.207	28.104	2.654	37	2.221	3.197	733	1.207	102.394
Adições	3.511	-	101	53	-	40	1.577	-	-	5.282
Baixas	-	-	(356)	-	(37)	-	(3)	-	-	(396)
(-) distrato/remensuração	-	-	-	-	-	-	-	-	(281)	(281)
Importação em andamento	(2.213)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.213)
Depreciação	(8.759)	-	(814)	(624)	-	(413)	(1.326)	(168)	(157)	(12.261)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	47.573	9.207	27.035	2.083	-	1.848	3.445	565	769	92.525
Adições	2.616	-	238	60	468	51	1.956	249	352	5.991
Baixas	(393)	-	(2)	-	-	-	(28)	-	-	(423)
(-) distrato/remensuração	-	-	-	-	-	-	-	-	70	70
Importação em andamento	798	-	-	-	-	-	-	-	-	798
Depreciação	(8.363)	-	(811)	(496)	(79)	(415)	(1.517)	(133)	(356)	(12.171)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.231	9.207	26.460	1.647	389	1.484	3.856	681	835	86.790

INTANGIVEL					
	Marcas e patentes	Software	Direito de uso	Acervo cinematográfico	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.119	3.472	223	72	4.886
Adições	-	4.335	-	-	4.335
Baixas	(1)	-	-	-	(1)
Amortização	-	(1.323)	-	(11)	(1.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.118	6.484	223	61	7.886
Adições	72	382	-	-	454
Amortização	-	(1.372)	-	(11)	(1.383)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.190	5.494	223	50	6.957

10 Partes relacionadas

10.1 Saldos patrimoniais

(a) Contratos de mútuos (i)

	Ativo	
	31/12/2021	31/12/2020
RBS Empresa de TVA	2.058	2.029
Rogério Muniz Salume	1.609	1.649
Contratos de mútuos diversos	151	183
Televisão Cruz Alta	-	533
Rede Popular de Comunicação	4.553	4.369
Rádio Educadora Ltda	633	607
Pedro Sirotsky Melzer	5.812	4.934
Total	14.816	14.304

(b) Outras coligadas

	Ativo	
	31/12/2021	31/12/2020
Cash Company - RBS Administração e cobrança Ltda (ii)	7.595	6.355
Coligadas prestação de serviços (iii)	2	18
Coligadas rateios a receber (iii)	6.650	4.255
Coligadas folha de pagamento (iii)	334	709
Coligadas rateios a pagar (iii)	(5.079)	(4.112)
Total	9.502	7.225

(i) Contratos de mútuos

Referente a contrato de mútuo firmados entre as empresas do Grupo RBS e/ou partes relacionadas. Os contratos têm incidência de juros de 4,8% anual, e o prazo de liquidação é de até 10 anos da data da assinatura do contrato.

(ii) Cash Company

A RBS Administração e Cobranças Ltda. é uma Cash Company, controlada pela S+ Participações S.A.. O objetivo desta Cash Company é operacionalizar o fluxo financeiro do Grupo RBS, através de recebimentos e pagamentos diários. Este serviço é prestado com base no contrato particular de garantia.

Os saldos com essas companhias não estão sujeitos à incidência de juros e são demonstrados em ativo circulante porque os recursos mantidos por essa empresa em nome das empresas do grupo são prontamente disponíveis.

(iii) Alocação dos lançamentos

As receitas e despesas provenientes de transações entre as empresas do Grupo RBS são alocadas entre as empresas que se beneficiam das receitas, ou incorrem as despesas, usando bases que podem não ser necessariamente as mesmas que aquelas que teriam sido aplicadas se as transações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas. A RBS Participações S.A. é reembolsada pelas despesas gerais e administrativas, através dos serviços corporativos, incorridas em nome de outras empresas do Grupo RBS.

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2021

Impacto no resultado

	Resultado	
	31/12/2021	31/12/2020
RBS Empresa de TVA	34	35
Rede Popular de Comunicação	217	238
Rádio Educadora Ltda	30	33
Televisão Cruz Alta	4	28
Rogério Muniz Salume	56	44
Contratos de mútuos diversos	23	-
Pedro Sirotsky Melzer	878	913
Diretores e conselheiros (i)	1.422	1.274
Total	2.664	2.565

(i) refere-se ao impacto da remuneração dos administradores e conselheiros da Companhia no resultado.

11 Debêntures

(a) Mapa de movimentação das debêntures

MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DE DEBÊNTURES									
Descrição	Saldo em 31/12/2019	Adições	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Provisão Juros	Custo das debêntures	Saldo em 31/12/2020	Curto prazo	Longo prazo
Debêntures (i)	144.142	-	(34.800)	(9.164)	6.187	-	106.365	36.765	69.600
Debêntures (ii)	84.609	-	-	(4.415)	4.171	-	84.365	28.366	56.000
Custo das debêntures	(2.700)	(211)	-	-	-	716	(2.195)	(1.060)	(1.136)
Total	226.051	(211)	(34.800)	(13.579)	10.358	716	188.535	64.071	124.464

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adições	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Provisão Juros	Custo das debêntures	Saldo em 31/12/2021	Curto prazo	Longo prazo
Debêntures (i)	106.365	-	(17.400)	(4.597)	6.157	-	90.524	32.524	58.000
Debêntures (ii)	84.365	-	(27.997)	(4.876)	5.180	-	56.671	28.666	28.006
Custo das debêntures	(2.195)	-	-	-	-	497	(1.698)	(1.080)	(618)
Total	188.535	-	(45.397)	(9.473)	11.337	497	145.498	60.110	85.388

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2021

(b) Principais características das debêntures

Descrição	Valor contratado	Taxas	Data contratação	Início da amortização	Término da amortização	Pagamento
Debêntures (i)	300.000	2,25% a.a. + CDI	12/07/2011	12/07/2017	12/07/2024	Anual
Debêntures (ii)	56.000 (1ª série)	1,00% a.a. + CDI - 1ª Série	21/11/2017		21/11/2023	Anual
	84.000 (2ª série)	2,20% a.a. + CDI - 2ª Série				
	140.000 Total					
					21/11/2018	1ª Série - Liquidação 50%
					21/11/2019	1ª Série - Liquidação 50%
					21/11/2021	2ª Série - Liquidação 33,33%
					21/11/2022	2ª Série - Liquidação 33,33%
					21/11/2023	2ª Série - Liquidação 33,34%

(c) Abertura de liquidação das debêntures

	Abertura	
	31/12/2021	31/12/2020
2022	60.110	61.973
2023	56.388	62.491
2024	29.000	-
	145.498	124.464

(i) Debêntures – Captação de R\$ 300.000

Em 24 de junho de 2011, a RBS Participações assinou o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures, com Data de Emissão em 12 de julho de 2011, por meio da distribuição pública e esforços restritos de colocação, 300 (trezentas unidades) debêntures ordinárias simples, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento final em 12 de julho de 2021. O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada, totalizando R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais), com taxa de juros equivalente à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI acrescido de 2,50% a.a. paga anualmente, em 12 de julho. Os termos da oferta de debêntures preveem amortizações anuais em 12 de julho de 2017 a 12 de julho de 2021 e o resgate antecipado, parcial ou total, será permitido a partir do 13º mês, no caso em que uma taxa de resgate deverá ser paga de acordo com um cronograma de resgates antecipados. As debêntures são garantidas pela RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.. De acordo com os termos da oferta de debêntures, a RBS Participações é obrigada a respeitar certas condições restritivas, das quais estão sendo observadas pela Companhia.

Em 25 de junho de 2013, a Companhia realizou o primeiro aditamento onde alterou os juros remuneratórios do spread para 2,05% a.a. a partir da desta data.

Em 21 de Dezembro de 2018, a Companhia realizou a operação de recompra de 10 (dez unidades) debêntures da Emissão, cujo valor nominal unitário das debêntures na data era de R\$ 600 (seiscentos mil reais) e juros provisionados de R\$ 22 (vinte e dois mil reais – por unidade). Com isso, o montante total da operação foi de R\$ 6.223 (seis milhões, duzentos e vinte e três mil). Na data, as 10 (dez unidades) debêntures recompradas foram mantidas em Tesouraria e as 290 (duzentas e noventa unidades) debêntures restantes seguem em circulação.

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2021

Em 26 de Dezembro de 2018, a Companhia realizou o segundo aditamento da Escritura da Emissão, de forma a alterar as datas dos pagamentos, dividindo o saldo remanescente em mais 5 (cinco) parcelas anuais consecutivas, porém foi identificado um equívoco na redação do aditamento sobre o percentual de amortização das parcelas.

Em 28 de dezembro de 2018, em cumprimento do Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, foi aprovado pelos Diretores da Companhia a realização do cancelamento das 10 (dez unidades) debêntures recompradas. Com isso, a Companhia mantém somente 290 (duzentas e noventa unidades) debêntures em circulação.

Sendo assim, em 21 de janeiro de 2019, a Companhia realizou o terceiro aditamento da Escritura da Emissão, aplicando os percentuais de amortização, sobre o valor nominal unitário na emissão (1.000 - um milhão de reais), sendo cada uma das datas de uma “Data de Amortização “, efetuando a correção do segundo aditamento. Com isto, o vencimento das Debêntures foi prorrogado para 12 de julho de 2023.

Em 28 de junho de 2021, a Companhia realizou o quarto aditamento da Escritura de Emissão, no qual foi deliberado e aprovado a alteração da data de vencimento final das Debêntures de 12 de julho de 2023 para 12 de julho de 2024, alteração do spread da taxa de juros remuneratórios para 2,25% a.a (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) a partir de 12 de julho de 2021 e alteração das datas dos pagamentos, dividindo o saldo remanescente em mais três (3) parcelas (conforme quadro abaixo referente aos percentuais de amortização); Alteração da Interviente Garantidora da Emissão, de RBS Zero Hora Editora Jornalística S.A para S+ Participações S.A; Alteração das condições de Resgate Antecipado Facultativo; Alteração das condições de Amortização Extraordinária, assim como inclusão de cláusula de Oferta de Resgate Antecipado, restando ratificados os demais termos e condições da Escritura de Emissão.

Abaixo o resumo dos percentuais de amortização, com as modificações ao longo do período:

Data da Amortização	Valor nominal unitário na emissão - R\$	Quantidade de debêntures	Percentual da Amortização sobre o Valor Nominal unitário	Amortização anual - R\$
12/07/2017	1.000	300	20%	60.000
12/07/2018	1.000	300	20%	60.000
12/07/2019	1.000	290	12%	34.800 (i)
12/07/2020	1.000	290	12%	34.800 (i)
12/07/2021	1.000	290	6%	17.400 (i)
12/07/2022	1.000	290	10%	29.000 (i)
12/07/2023	1.000	290	10%	29.000 (i)
12/07/2024	1.000	290	10%	29.000 (i)
Total das amortizações				294.000
Valor da recompra				6.000 (i)
Total da emissão inicial				300.000

(i) Na coluna “Quantidade de debêntures – UN”, a redução de 300 para 290 refere-se a recompra e posterior cancelamento de 10 unidades, conforme informado acima.

(ii) Debêntures – Captação de R\$ 140.000

Em 16 de setembro de 2013, a RBS Participações emitiu, por meio de distribuição pública e esforços restritos de colocação, 14.000 (quatorze mil unidades) de debêntures simples, não conversíveis em ações,

com prazo de vencimento em 16 de setembro de 2019. O valor nominal unitário das debêntures foi de R\$ 10 (dez mil reais) cada, totalizando de R\$ 140.000 (cento e quarenta milhões de reais), com taxa de juros equivalente à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e propagação de 1,90% a.a. pagos semestralmente, em 16 de março e 16 de setembro. Os termos das debêntures ofertadas previam amortização anual de 16 de setembro de 2018 a 16 de setembro de 2019 e o resgate antecipado, parcial ou total, permitido a partir do 13º mês.

Em 8 de janeiro de 2018, a Companhia efetuou a liquidação destas debêntures no montante atualizado de R\$ 143.860. Substituindo pela a Escritura Particular da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, cuja emissão foi em 21 de novembro de 2017. O objetivo desta emissão era o alongamento do perfil de endividamento e reforço de caixa da emissora na época. O alongamento ocorreu através do resgate antecipado total das debêntures anteriores, cujo vencimento ocorreria em 2018 e 2019, substituindo pela nova emissão, com vencimento em 2018 e 2022.

Em 16 de novembro de 2020, a Companhia realizou o primeiro aditamento da Escritura da Emissão, com alteração da cláusula 4.18.1.2 e da cláusula 4.19.2 da Escritura de Emissão, frente a aprovação da alteração do cronograma de amortização das Debêntures da Segunda Série e consequentemente da alteração da Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, prorrogando a amortização de novembro 2020 para novembro de 2023, restando ratificados os demais termos e condições da Escritura de Emissão. O objetivo desta prorrogação ocorreu para sustentação e reforço do caixa para suavizar os impactos oriundos da Pandemia Covid-19.

12 Provisão para contingências e depósitos judiciais

(a) Provisão para contingência – causas prováveis

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Processos trabalhistas e previdenciários	9.980	7.889
Processos cíveis	3.032	3.901
Total	13.012	11.790

(b) Depósitos judiciais

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Processos trabalhistas e previdenciários (ii)	5.430	3.390
Processos cíveis	213	163
Processos Tributários (i)	6.510	6.182
Total	12.153	9.735

(i) Refere-se a depósitos judiciais de PIS e COFINS sobre receitas financeiras que estão sendo discutidos judicialmente

(ii) Refere-se a depósitos judiciais, cuja natureza incide sobre as reclamações trabalhistas e previdenciárias.

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2021

(c) *Causas possíveis*

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Processos trabalhistas e previdenciários	4.115	13.552
Processos cíveis	1.451	1.180
Processos tributários (i)	10.099	10.662
Total	15.665	25.394

(i) Refere a Auto de infração de IOF sobre contratos de prestação de serviços com adiantamentos com a Cash Company do Grupo. Valores encontram-se impugnados.

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 50.000 (R\$ 50.000 em 31 de dezembro de 2020) dividido em 50.000 (cinquenta milhões) de ações.

(b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art.193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia já havia constituído a reserva legal até seu limite, no montante de R\$ 10.000.

(c) Dividendos propostos

O estatuto social determina a distribuição de dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas não inferior a 25% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram apropriados R\$ 13.921 referente aos dividendos obrigatórios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram provisionados R\$ 4.117 referente aos dividendos obrigatórios.

Dividendos propostos

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	55.684	16.468
Constituição da reserva legal (5%)	-	-
Base de calculo dos dividendos	55.684	16.468
Dividendos mínimos obriatórios (25%)	13.921	4.117
Total dos dividendos	13.921	4.117
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

14 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Publicidade e propaganda	205.227	180.625
Produção e programação	7.959	18.082
Aluguel de infraestrutura	2.814	2.828
Custo de programação	9.816	12.887
Outros	2.451	2.665
Cancelamentos	(1.108)	(6.475)
Total de receitas	227.159	210.612
Impostos sobre a receita	(12.057)	(11.511)
Receita operacional líquida	215.102	199.101

15 Custos operacionais

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Produção e programação	(45.950)	(49.197)
Pessoal e encargos	(37.148)	(37.716)
Informática, telefonia, luz e água	(9.264)	(9.284)
Depreciação e amortização	(7.099)	(7.081)
Manutenção e reforma	(2.450)	(2.106)
Aluguéis	(1.823)	(2.536)
Apropriação para perda de estoque	(1.450)	(1.734)
Viagens e locomoção	(351)	(282)
Combustível	(222)	(444)
Matéria prima	(88)	(71)
Seguros	(29)	(28)
Total	(105.874)	(110.479)

16 Despesas operacionais**(a) Gerais e administrativas**

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e encargos	(37.307)	(28.797)
Indenizações	(5.861)	(10.083)
Auditoria e consultoria	(8.050)	(5.177)
Depreciação e amortização	(6.270)	(6.393)
Segurança	(2.263)	(2.746)
Material administrativo	(1.593)	(2.026)
Honorários advocatícios	(1.587)	(1.365)
Viagens e locomoção	(1.176)	(1.730)
Aluguéis	(608)	(537)
Manutenção e reforma	(583)	(905)
Outros	(1.049)	(758)
Serviços corporativos (i)	11.380	13.105
Total	(54.967)	(47.412)

(i) Refere-se ao reembolso das despesas gerais e administrativas incorridas em nome de outras empresas, conforme nota explicativa nº 10.1 (iii).

(b) Com vendas

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e encargos	(2.539)	(1.869)
Marketing	(9.874)	(8.632)
Pesquisas	(3.925)	(4.497)
Serviços corporativos	(2.226)	(408)
Comissões	(2.089)	(1.835)
Provisão para devedores duvidosos (PDD)	(790)	(1.605)
Publicidade	(367)	(676)
Doações	(234)	(165)
Depreciação e amortização	(31)	(32)
Indenizações	(84)	-
Cobrança	(15)	(133)
Lucros e perdas	(136)	(102)
Valores recuperados de perda para provisão de clientes	498	356
Total	(21.812)	(19.598)

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2021

(c) Outras receitas e despesas

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (i)	60.044	16.799
Venda (baixa) de investimento (ii)	(11.147)	(2.789)
Provisão de baixa de recebimento Futura Network	(4.484)	-
Venda de bens do ativo imobilizado	(170)	(316)
Despesas indedutíveis	(17)	(2)
Outras receitas e despesas	136	(331)
Total	44.362	13.361

(i) Refere-se à variação do valor justo por meio de resultados dos ativos financeiros, conforme nota explicativa nº5.

17 Resultado financeiro líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Juros das debêntures	(12.685)	(11.595)
Impostos s/outras receitas	(355)	(202)
Juros arrendamento IFRS16	(66)	(34)
Juros s/impostos	(34)	(42)
Outras despesas financeiras	(6)	(8)
Variação monetária	(1)	(482)
Variação cambial	(6)	(7)
Total	(13.153)	(12.370)

(b) Receita financeira

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Rendimento s/aplicação financeira	5.413	2.894
Juros s/depósitos judiciais	965	53
Variação monetária	958	966
Juros s/partes relacioandas	285	337
Outras receitas financeiras	18	43
Variação cambial	7	56
Total	7.646	4.349

Resultado financeiro

(5.507)	(8.021)
----------------	----------------

18 Seguros

A política de gestão de risco de seguro da Companhia busca cobertura compatível com suas responsabilidades e operações. As coberturas de seguros foram contratadas em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e as recomendações de seus consultores de seguro.

Em 31 de dezembro de 2021, a RBS Participações e suas controladas tinham as seguintes principais apólices de seguro contratadas de terceiros:

	Consolidado
	31/12/2021
Dano de fogo aos imóveis, instalações e equipamentos	256.627
Responsabilidade civil	10.000
Riscos diversos	10.561
Totais em 31 de dezembro de 2021	277.188

19 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social	79.865	14.681
Alíquotas (25% IRPJ e 9% CSLL)	34%	34%
Base de cálculo	(27.154)	(4.992)
Despesas não dedutível	(166)	(5.153)
Receitas não tributadas	2.932	-
Propaganda partidária eleitoral	-	11.925
Outros	207	6
Saldo final	(24.181)	1.787
Imposto de renda e contribuição social diferido	(19.156)	4.622
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.025)	(2.835)
Saldo final	(24.181)	1.787

20 Gerenciamento de risco

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados:

- Risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros);
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

O gerenciamento de riscos da Companhia é executado por uma estrutura multidisciplinar, possibilitando que a Diretoria avalie se a gestão do negócio está em linha com as políticas e diretrizes definidas pela Administração.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

(a) Risco de mercado

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

		Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses
31 de dezembro de 2020				
Caixa e equivalentes de caixa	4	113.960	113.960	113.960
Contas a receber	6	42.617	42.617	42.617
31 de dezembro de 2021				
Caixa e equivalentes de caixa	4	113.277	113.277	113.277
Contas a receber	6	46.748	46.748	46.748

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de exposições de crédito a clientes, sendo administrada no contexto do Grupo RBS.

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

RBS Participações S.A. e empresas controladas
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2021

		Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses
31 de dezembro de 2020				
Caixa e equivalentes de caixa	4	113.960	113.960	113.960
Contas a receber	6	42.617	42.617	42.617
Partes relacionadas	10	21.529	21.529	21.529
31 de dezembro de 2021				
Caixa e equivalentes de caixa	4	113.277	113.277	113.277
Contas a receber	6	46.748	46.748	46.748
Partes relacionadas	10	24.318	24.318	24.318

(c) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

O excedente de caixa, quando aplicável, é transferido para a RBS Administração e Cobrança Ltda., que funciona como um departamento de Tesouraria para as empresas do Grupo RBS. Investimentos de curto prazo são contratados pela RBS Administração e Cobrança Ltda. seguindo uma clara política de investimentos, com limites sobre a concentração de riscos.

O capital necessário à manutenção da continuidade operacional e a liquidez da Companhia, até o presente momento, estão assegurados pelo Grupo RBS.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora os níveis de endividamento em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações contábeis, e os juros a vencer até o final do contrato.

		Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 Anos	3 Anos
31 de dezembro de 2020						
Fornecedores		7.487	7.487	7.487	-	-
Debêntures	11	188.535	209.785	68.300	69.062	72.423
Contas a pagar referente a contratos de rede		9.734	9.734	9.734	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		9.333	9.333	9.333	-	-
Obrigações tributárias		9.912	9.912	9.912	-	-
Comissões e bonificações a pagar		659	659	659	-	-
Outras obrigações		424	424	424	-	-
31 de dezembro de 2021						
Fornecedores		22.099	22.099	22.099	-	-
Debêntures	11	145.498	164.903	65.192	64.710	35.001
Contas a pagar referente a contratos de rede		10.837	10.837	10.837	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		18.089	18.089	18.089	-	-
Obrigações tributárias		9.477	9.477	9.477	-	-
Comissões e bonificações a pagar		1.912	1.912	1.912	-	-
Outras obrigações		387	387	387	-	-

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: EEB053E396644498941C77824005441C

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: RBSPARTICIP21.DEZ.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 36

Assinaturas: 1

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:

Virginia Martins

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Branca

São Paulo, SP 05001-100

virginia.martins@pwc.com

Endereço IP: 18.231.224.30

Rastreamento de registros

Status: Original

31 de março de 2022 | 20:46

Portador: Virginia Martins

virginia.martins@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

31 de março de 2022 | 21:26

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team
@pwc.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Rafael Biedermann Mariante

rafael.biedermann@pwc.com

Sócio PwC

PricewaterhouseCoopers

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma), Certificado Digital**Detalhes do provedor de assinatura:**

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

CPF do signatário: 94779210097

Cargo do Signatário: Sócio

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 25 de março de 2022 | 15:06

ID: 783f3efd-5d4a-41c3-894e-87e08bfb9ae9

Nome da empresa: PwC

AssinaturaDocuSigned by:

70E065DA20904EF...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 34.100.9.246

Registro de hora e data

Enviado: 31 de março de 2022 | 20:47

Visualizado: 31 de março de 2022 | 21:25

Assinado: 31 de março de 2022 | 21:26

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Virginia Martins

virginia.martins@pwc.com

senior manager

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign

Copiado

Enviado: 31 de março de 2022 | 21:26

Visualizado: 31 de março de 2022 | 21:26

Assinado: 31 de março de 2022 | 21:26

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
--------------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	31 de março de 2022 20:47
Entrega certificada	Segurança verificada	31 de março de 2022 21:25
Assinatura concluída	Segurança verificada	31 de março de 2022 21:26
Concluído	Segurança verificada	31 de março de 2022 21:26

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.